



A Santa Sé

VIAGEM APOSTÓLICA DO PAPA JOÃO PAULO II À POLÓNIA

2-10 DE JUNHO DE 1979

DISCURSO DO SANTO PADRE À PLENÁRIA DA CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO POLACO EM JASNA GÓRA

Terça-feira, 5 de Junho de 1979

1. Desejo antes de tudo exprimir a minha alegria e a minha profunda comoção pelo nosso encontro de hoje. A Conferência do Episcopado Polaco é a comunidade e o ambiente de que Cristo - pelo Seu imperscrutável desígnio - me chamou a 16 de Outubro de 1978 para a Cátedra de São Pedro em Roma, manifestando a Sua vontade por meio dos votos do Sacro Colégio, reunido em Conclave na Capela Sistina. Tendo hoje a felicidade de participar de novo na assembleia plenária da Conferência do Episcopado Polaco em Jasna Góra, não posso deixar de exprimir sobretudo os meus *sentimentos de gratidão e de fraternal solidariedade*, que sobem até aos próprios inícios da minha nomeação para Bispo em 1958. Recordo-me que a primeira Conferência, em que participei como Bispo eleito, se realizou também então em Jasna Góra nos primeiros dias de Setembro.

Durante os vinte anos em que a ela pertenci e participei nos trabalhos da Conferência do Episcopado Polaco, muitíssimo aprendi, quer de cada membro desta comunidade episcopal, começando pelo Eminentíssimo Primaz da Polónia, quer também da comunidade enquanto tal. O que de facto caracteriza de modo especial a Conferência do Episcopado Polaco é aquela *unidade, que é fonte de força espiritual*. O Episcopado Polaco, devido precisamente a esta sua unidade, serve de modo particular a Igreja na Polónia, como também a Igreja universal. A sociedade tem perfeito conhecimento disto e alimenta, para com o Episcopado Polaco, justa e merecida confiança. Esta confiança refere-se a todo o Episcopado, a todos os Arcebispos e Bispos nas suas Dioceses, e especialmente ao Primaz da Polónia, do qual desejo dizer hoje o que já expressei várias vezes: que é homem providencial para a Igreja e para a Pátria.

Manifestam-no não só os Polacos, mas também pessoas pertencentes às outras nações da Europa e do mundo, que junta mente connosco agradecem ao Senhor ter dado tanto poder ao homem (Cfr. *Mt. 9, 8.*).

Durante os vinte anos do meu ministério episcopal, nos quais pude servir a Igreja de Cracóvia - primeiro ao lado do Arcebispo Eugénio Baziak de santa memória (metropolitano da diocese órfã de Leópolis), depois como sucessor do metropolitano de Cracóvia, Cardeal Adão Estêvão Sapieha, na cátedra de Santo Estanislau - acumularam-se no meu coração *grandes dívidas de reconhecimento*, que procuro saldar como posso, isto é, com a recordação e com a oração pelos Cardeais, Arcebispos e Bispos polacos vivos ou defuntos. Os defuntos não se apagam da minha memória: especialmente aqueles de quem, por meio da colaboração, me foi dado estar mais próximo, no raio de influência das suas personalidades, assim como no caso dos acima nomeados Arcebispos de Cracóvia, do saudoso Cardeal Boleslau Kominek, metropolitano de Wroclaw, do Arcebispo António Baraniak, metropolitano de Poznan, e de tantas magníficas figuras inesquecíveis de Bispos ordinários e auxiliares, cheias de originalidade humana e de autenticidade cristã, que o Senhor chamou a Si durante estes vinte anos. Não posso deixar de recordar o saudoso Cardeal Boleslau Filipiak, que durante muitos anos de vida serviu a Santa Sé e com o qual me encontrei muitas vezes em Roma.

A participação nos trabalhos do Episcopado Polaco permitiu que me *aproximasse da problemática da Igreja contemporânea na sua dimensão universal*. Isto aconteceu sobretudo graças ao Concílio, no qual tive a felicidade de tomar parte do primeiro ao último dia. Entrando nessa vasta problemática, que o Vaticano II. concretizou em todos os seus documentos, pude dar-me conta como é particular e responsável o lugar que a Polónia, especialmente a Igreja polaca, tem na grande *carta do mundo contemporâneo*, a que todos nós somos enviados como foram enviados os Apóstolos no momento da Ascensão de Cristo, com as palavras seguintes: *Ide pois ensinar todas as nações* (*Mt. 28, 19*). Esta consciência aprofundou-se ainda mais, *durante os anos pré-conciliares*, graças especialmente aos trabalhos no Sínodo dos Bispos e nas Congregações da Sé Apostólica, e graças ainda aos encontros com os representantes de diversos Episcopados tanto Europeus como Extra-europeus. Ocasionalmente-me isto as visitas aos emigrados polacos, visitas que fiz várias vezes em nome do Episcopado Polaco.

Recordo hoje tudo isso com gratidão. Ter pertencido à Conferência Episcopal Polaca e ter participado de muitos modos nos seus trabalhos *foram coisas confirmadas pela Providência como o caminho mais apto para a preparação* daquele ministério que desde 16 de Outubro tenho de exercer em relação à Igreja universal inteira. Desejo dizer isto no princípio da minha alocução, dirigida a esta insólita assembleia plenária da Conferência Episcopal Polaca que se realiza hoje.

2. O ano de 1979 é na Igreja da minha pátria o *ano de Santo Estanislau*. Decorreram 900 anos desde a morte que ele sofreu às mãos do rei Boleslau o Temerário, em Skalka. A morte do Bispo, que anunciava a todos - sem exceptuar o rei - a verdade da fé e da moral cristã, teve significado

de especial testemunho dado ao Evangelho e ao próprio Cristo. Estanislau de Szczepanów sofreu tal morte que foi contado na tradição da Igreja, no número dos mártires. Nos princípios da nossa história, no século II. do cristianismo na Polónia, aquele Bispo-mártir, sangue do sangue e ossos dos ossos da nação, associou-se a outro Bispo-mártir que pertencia ainda à geração missionária e à época do Baptismo: a São Wojciech (Adalberto), de origem checa. Recordo-o porque, na memória do Povo de Deus na terra polaca, estas duas figuras andam juntas e são circundadas de particular veneração e devoção.

Estanislau de Szczepanów foi Bispo de Cracóvia e membro do Episcopado Polaco de então, e por isso o actual Episcopado Polaco tem razões especiais para rodear de singular veneração a sua figura e sobretudo o aniversário do seu martírio. Isto acontece na Arquidiocese de Cracóvia desde 1972, ao passo que na Diocese de Tarnow, em cujo território se encontra Szczepanów - lugar do nascimento do Santo - se celebra o «Ano de Santo Estanislau». Como Bispo e pastor da Cátedra de Cracóvia, Santo Estanislau foi *um dos pilares daquela ordem hierárquica* que se estabeleceu na terra dos Piastos desde o ano 1000. Temos especiais razões para agradecer continuamente a Deus as sólidas bases dessa ordem, instituída no Congresso de Gniezno sobre as bases da missão apostólica de São Wojciech e do seu martírio. E precisamente este corpo martirizado, que Boleslau o Valoroso trasladou com veneração para Gniezno, procuraram os legados do Papa Silvestre II. e o imperador Otão II. A Polónia dos Piastos, que desde 968 «cepit habere episcopum» em Poznan - relativamente cedo, porque só 34 anos após o baptismo de Mieszko - *conseguiu a sua própria organização eclesiástica*: metrópole em Gniezno com Sés episcopais em Cracóvia, Wroclaw e Kolobrzeg.

Estes factos são conhecidos por toda a gente. E' todavia impossível não os recordar, nesta extraordinária circunstancia que hoje vivemos juntos, e não me referir a eles.

A ordem hierárquica é elemento constitutivo da Igreja de Cristo, como no-lo recordou magistralmente a Constituição dogmática sobre a Igreja, «*Lumen Gentium*». A Igreja que, como Povo de Deus, foi construída sobre o mistério da Encarnação e da Redenção, e nasce continuamente da descida do Espírito Santo, é a realidade visível *dum ordenamento hierárquico claramente definido*. Este ordenamento determina a Igreja como comunidade e sociedade bem definida, que através do próprio ordenamento hierárquico se inscreve na história da humanidade, na história de cada povo e cada nação. Justamente veneramos portanto São Wojciech como patrono da ordem hierárquica na nossa pátria. Justamente recordamos e apreciamos os grandes chefes do Convénio de Gniezno. A Igreja, através da formal estrutura hierárquica, que naquele tempo conseguiu na Polónia, inseriu-se solidamente na história da Nação. O ano 1000 é uma data que, por motivos bem fundamentados, ligamos à data do Baptismo realizado em 966.

O conhecimento da história da Polónia dir-nos-á ainda mais: não só no ano 1000 foi decididamente inscrito, na história da Nação, o ordenamento hierárquico da Igreja, mas também *a história da Nação se radicou de modo providencial na estrutura da Igreja na Polónia, estrutura*

que devemos ao Convénio de Gniezno. Esta afirmação encontra correspondência nos vários períodos da história da Polónia, especialmente nos períodos mais difíceis. Quando faltaram as estruturas nacionais e estatais, a sociedade, na maior parte católica, encontrou apoio no ordenamento hierárquico da Igreja; e isto ajudou-a a vencer os tempos da divisão do país e da ocupação, ajudou-a a manter, e mesmo a aprofundar, a consciência da própria identidade. Talvez algum estranho julgue esta situação «atípica»; tem todavia para os Polacos eloquência inconfundível. ç esta, nada mais nada menos, uma parte da verdade da história da própria pátria.

O *Episcopado da polónia* contemporânea é de modo especial *herdeiro e representante* desta verdade. O facto de, através de um milénio de história, o patrocínio dos santos Bispos Wojciech e Estanislau ter acompanhado os pensamentos e os corações dos Polacos, tem motivação profunda.

3. Quando no ano 1000 surgiu na Polónia a estrutura fundamental do ordenamento hierárquico da Igreja, este surgiu, desde os inícios, *na unidade hierárquica com o ordenamento da Igreja universal* – quer dizer, com a *Sé Apostólica*. Nesta relação a estrutura da Igreja dura ininterruptamente na nossa Pátria até hoje. Graças a isto, a Polónia é católica e é «sempre fiel». A unidade da estrutura hierárquica, a união do Episcopado Polaco com a Sé de Pedro, constitui a base desta unidade na sua dimensão universal. A Igreja na Polónia, através de todos os séculos, esteve forte e invencivelmente radicada nesta universalidade, que é um dos sinais da Igreja de Cristo. A Constituição «*Lumen Gentium*» aprofundou-o de maneira exaustiva sob vários aspectos, mostrando ao mesmo tempo de que modo a dimensão universal da Igreja está ligada à missão e ao ministério de Pedro.

Sabemos bem que radicar-se deste modo a Igreja na Polónia na sua catolicidade - desde o momento do Baptismo e do Convénio de Gniezno e através de toda a sua história - tem *significado particular para a vida espiritual da Nação*. E tem ainda significado para a sua cultura, que se caracteriza não só pela tradição de visíveis laços com Roma, mas possui também as características da universalidade próprias do catolicismo e da abertura para com tudo o que, na troca universal dos bens, se torna porção de cada um daqueles que nela tomam parte. Esta afirmação poderia ser reforçada por inúmeros argumentos tirados da nossa história. Um destes argumentos poderia ser também o facto que hoje vivemos juntos: quer dizer, de hoje com o Episcopado Polaco se encontrar um Papa Polaco.

Afirma-se geralmente que a participação do povo polaco na herança espiritual da Igreja, que resulta da sua universal unidade, se tornou *elemento de união e de segurança da identidade e da unidade da Nação* em períodos especialmente difíceis. Estes períodos eram ainda principalmente caracterizados pela irradiação do espírito cristão. Confirma-o o século XIX e para nós confirmam-no os últimos decénios do século actual. Depois do período de ocupação que, segundo se sabe, constituiu terrível e mortal ameaça para a sobrevivência da Polónia, começou um período de grandes transformações que encontraram a sua expressão exterior, por exemplo, no regulamento

completamente novo das fronteiras do Estado.

Neste contexto o laço, experimentado há séculos, entre a vida da Nação e a actividade da Igreja, viu-se uma vez mais praticado diante dos nossos olhos. *A normalização das relações eclesíásticas no âmbito das novas fronteiras do Estado polaco* e, em particular, nos territórios de Leste e do Norte, confirmou claramente o que foi o ano 1000 ou os tempos de São Wojciech e de Santo Estanislau. O ordenamento hierárquico da Igreja tornou-se não apenas o centro da sua missão pastoral, mas também evidente apoio para toda a vida da sociedade, para a Nação consciente dos seus direitos de existir, que, como Nação em grandíssima maioria católica, procura também este apoio nas estruturas hierárquicas da Igreja. Tal é a eloquência dos acontecimentos que tiveram início nos tempos do Pontificado do Papa Pio XII em 1945, pouco depois do fim da guerra e da ocupação, com a memorável missão do Cardeal Augusto Hlond, Primaz da Polónia, e se concluíram com as ultimas decisões do Papa Paulo VI em Junho de 1972, quando, na Arquidiocese de Cracóvia, teve início o jubileu de sete anos do serviço pastoral de Santo Estanislau. Coisa significativa é que, precisamente durante a Conferência Plenária em Cracóvia, a 28 de Junho, estas importantes decisões de Paulo VI tenham sido tornadas conhecidas do público.

A ordem hierárquica da Igreja encontra o seu fecho de abóbada na missão e no ministério de Pedro. A Sé Apostólica vai buscar a esta missão e a este ministério o carácter que lhe é próprio. Não é este um carácter de estrutura laica e política embora, por motivos ainda hoje válidos, à Sé Romana esteja ainda ligado um resto do antigo Estado pontifício. Todavia assim como tal Estado, que no seu aspecto histórico deixou de existir em 1870, assim também, o que dele actualmente resta e é apenas simbólico, é garantia da soberania da Sé Apostólica diante do mundo e constitui base em que se apoia o que é essencial à Sé Apostólica: isto resulta única e exclusivamente da natureza da Igreja, da sua missão apostólica, do serviço evangélico da verdade e do amor e da missão pastoral a que sobretudo serve o ordenamento hierárquico da Igreja.

Os capítulos dedicados a este ordenamento hierárquico e à sua motivação encontram-se na Constituição «*Lumen Gentium*», depois dos capítulos que tratam do mistério da Igreja e da missão universal do Povo de Deus.

Só tendo diante dos olhos esta adequada e correcta imagem da Igreja e, no seu conjunto orgânico, a imagem própria da Sé Apostólica, podemos estabelecer de modo exacto o significado da questão que há muitos anos se tornou de grande actualidade na Polónia, quer dizer, *a questão da normalização das relações entre a Igreja e o Estado*. É preciso falar aqui desta actualidade que tem novos aspectos, porque a dita questão tem atrás de si, por motivos compreensíveis, longa e rica história a que não se pode deixar de fazer referência. O Episcopado Polaco, em íntima colaboração com a Sé Apostólica, especialmente durante o Pontificado de João XXIII e de Paulo VI, muitíssimo fez pela causa desta normalização. Primeiro que tudo, estabeleceu uma série de elementos concretos para a basear. O auxílio fundamental para este trabalho de

vanguarda foi a doutrina encerrada nos documentos do *Concílio Vaticano II*. e sobretudo poder-se utilizar a *Declaração sobre a liberdade religiosa*, documento que directamente concorda com os princípios promulgados em documentos fundamentais estatais e internacionais, entre eles a Constituição da República Popular Polaca. É claro que a aplicação concreta destes princípios só pode corresponder à ideia da «liberdade religiosa», quando tome em consideração as necessidades reais da Igreja ligadas à sua actividade múltipla.

Deste tema, como também da disponibilidade da Igreja para a colaboração com todos os países e com todos os homens de boa vontade, falei a 12 de Janeiro último dirigindo-me ao Corpo Diplomático junto da Santa Sé. Eis um trecho a esse propósito:

«Tomando contacto — entre outros por meio das representações diplomáticas — com tantos Estados de caracteres tão diversos, a Sé Apostólica deseja antes de tudo exprimir a sua profunda estima por cada nação e cada povo, pela sua tradição, a sua cultura e o seu progresso em todos os campos, como já o disse nas cartas dirigidas aos Chefes de Estado na altura da minha eleição para a Sé de Pedro. O Estado, como expressão da autodeterminação soberana dos povos e das nações, constitui realização normal da ordem social. Nisto é que está a sua autoridade moral. Filho dum povo de cultura milenária, que esteve privado, durante tempo considerável, da sua independência como Estado, sei por experiência o alto significado deste princípio.

A Sé Apostólica acolhe com alegria todos os representantes diplomáticos, não só como porta-vozes dos seus próprios Governos, regimes e estruturas políticas, mas também e sobretudo como representantes dos povos e das nações que, por meio das estruturas políticas, manifestam a própria soberania, a própria independência política e a possibilidade de decidir sobre o próprio destino de maneira autónoma. E fá-lo sem qualquer preconceito quanto à importância numérica da população: aqui não é o factor numérico que decide.

A Sé Apostólica alegra-se com a presença de tão numerosos representantes; gostaria mesmo de ver muitos outros, especialmente das nações e populações que tinham por vezes neste particular uma tradição de séculos. Penso sobretudo nas nações que se podem considerar como católicas. Mas também noutras. Porque, actualmente, ao mesmo tempo que se desenvolve o ecumenismo entre a Igreja católica e as outras Igrejas cristãs, ao mesmo tempo que se procuram estabelecer contactos com todos os homens apelando para a boa vontade, alarga-se simultaneamente este círculo...

A Sé Apostólica quer constituir, em conformidade com a missão da Igreja, o centro desta aproximação fraternal. Deseja servir a causa da paz, não através duma actividade política, mas servindo os valores e os princípios que tornam possível a paz e a aproximação, e se encontram na base do bem comum internacional ...

Bem vemos que a humanidade está dividida de muitos modos. Trata-se também, e talvez acima

de tudo, de divisões ideológicas dependentes dos diversos sistemas estatais. A busca de soluções, que permitam às sociedades humanas cumprir as suas missões próprias e viver na justiça, é talvez o sinal mais importante do nosso tempo. É preciso respeitar tudo quanto possa servir esta grande causa, em qualquer regime que seja. E' preciso uns tirarem proveito das experiências dos outros...

A Sé Apostólica, que já disso deu provas, está sempre pronta a manifestar a sua abertura a qualquer país ou regime, procurando o bem essencial que é o verdadeiro bem do homem. Bom número de exigências relacionadas com este bem foram expressas na «Declaração dos Direitos do Homem e nos Pactos internacionais que permitem a aplicação prática deles» (*Discurso de João Paulo II aos Diplomatas junto à Santa Sé, 12 de Janeiro de 1979*).

O Episcopado Polaco tem as suas experiências neste importante campo. Baseando-se na doutrina do Vaticano II., elaborou um conjunto teórico de documentos, conhecidos pela Sé Apostólica, e ao mesmo tempo elaborou um conjunto de atitudes pastorais práticas que vêm confirmar a disponibilidade para o diálogo, demonstrando claramente que o *diálogo autêntico* deve respeitar as convicções dos crentes e assegurar todos os direitos dos cidadãos e as condições normais para a actividade da Igreja como comunidade religiosa, a que pertence a grandíssima maioria dos Polacos. Damo-nos conta de que este diálogo não pode ser fácil, porque se realiza entre duas posições de concepção do mundo diametralmente opostas, mas deve ser possível e eficaz se o exige o bem do homem e da nação. É necessário *que o Episcopado Polaco não deixe de empreender* com solícitude iniciativas importantes para a Igreja actual. É necessário, além disso, que no futuro sejam claros os *princípios do proceder* que na situação actual forem elaborados *no interior da comunidade eclesial*, seja quanto à atitude do clero ou dos leigos, seja quanto ao status de cada instituição. A clareza dos princípios, como também a sua aplicação prática, é fonte de força moral e, além disso, serve o processo duma verdadeira normalização...

A favor da normalização das relações entre a Igreja e o Estado na nossa época, a causa dos direitos fundamentais do homem, entre os quais o direito à liberdade religiosa, tem um significado indubitável, que sob certo aspecto é fundamental e central. A normalização das relações Igreja-Estado constitui prova prática do respeito deste direito e de todas as suas consequências na vida da comunidade política. Assim concebida, a normalização é também manifestação prática de o Estado compreender a sua missão para com a sociedade segundo o princípio da subsidiariedade (*principium subsidiarietatis*), que, numa palavra, *quer exprimir a plena soberania da nação*. Quanto à Nação polaca, quanto ao seu excepcional milenário e à actual ligação com a Igreja católica, este último aspecto adquire significado especial.

4. Por meio de toda esta consideração, especialmente na parte final, penetrámos profundamente *no âmbito das razões éticas*, que formam a dimensão fundamental da vida humana, mesmo no campo daquela actividade que é definida política. Em conformidade com a tradição do pensamento europeu, que remonta às obras dos maiores filósofos da antiguidade e encontrou

plena confirmação e aprofundamento no Evangelho e no cristianismo, encontra também — melhor, encontra sobretudo — *a actividade política* o próprio sentido na solicitude pelo bem do homem, que é bem de natureza ética. Aqui vem buscar os seus mais profundos fundamentos toda a chamada doutrina social da Igreja que, particularmente na nossa época a começar do fim do século XIX se enriqueceu enormemente com toda a problemática contemporânea. Isto não significa que ela tenha surgido só nos dois últimos séculos; existia com efeito já no princípio como consequência do Evangelho e da visão do homem por ele introduzida nas relações com os outros homens, especialmente na vida comunitária e social.

Santo Estanislau é chamado patrono da ordem moral na Polónia. Talvez precisamente na sua figura se veja de modo claríssimo quão profundamente penetra na ordem moral - tão fundamental para o homem, para o «humanum» - nas estruturas e nos estratos da existência da nação como Estado, nas estruturas e nos estratos da existência política. Não podemos nunca meditar suficientemente no modo como aquele Santo Bispo de Cracóvia, que sofreu a morte às mãos dum representante eminente da dinastia dos Piastos, foi bem acolhido especialmente no século XIII, pelos sucessores daquela mesma dinastia e, em seguida - depois da canonização em 1253 - foi venerado como Patrono da unidade da Pátria, que por motivo das divisões dinásticas se encontrou desmembrada. Certamente, esta insólita tradição do *culto* de Santo Estanislau lança especial luz sobre os acontecimentos de 1079, durante os quais o Bispo de Cracóvia sofreu a morte, ao passo que o rei Boleslau o Temerário perdeu a coroa e foi obrigado a sair da Polónia. E embora Gall-Anonim, escrevendo a sua crónica algumas dezenas de anos depois usasse a respeito do Bispo Estanislau a expressão «traditor», tais ou semelhantes expressões encontramos aplicadas a diversos outros Bispos (como por exemplo São Tomás Beket na Inglaterra) ou mesmo até aos Papas (por exemplo São Gregório VII), que mereceram a auréola dos Santos. Evidentemente, o ministério episcopal esteve às vezes exposto ao perigo de perder a vida, pagando assim o preço do anúncio da verdade e da lei divina.

O facto de Santo Estanislau, que a história proclama «Patrono dos Polacos», ter sido reconhecido pelo Episcopado Polaco sobretudo como Patrono da ordem moral, encontra motivação *na eloquente ética da sua vida e da sua morte* e também em toda a tradição, que se expressou através das gerações da Polónia dos Piastos, dos Jagelões e dos reis eleitos, chegando até aos nossos tempos. O patronato da ordem moral que referimos a Santo Estanislau, está sobretudo ligado ao reconhecimento universal da autoridade, da lei moral, isto é, da lei de Deus. Esta lei obriga a todos, tanto súbditos como governantes. Constitui a norma moral e é critério essencial do valor do homem. Só quando partimos *desta lei, isto é, da moral*, pode ser respeitada e reconhecida universalmente a *dignidade da pessoa humana*. Portanto, a moral e a lei são as condições fundamentais para a ordem social. Sobre a lei constroem-se os Estados e a nações que sem ela perecem.

O Episcopado Polaco, com sentido profundo de responsabilidade pela sorte da nação, coloca sempre em evidência nos seus programas pastorais o conjunto das *ameaças de natureza moral*,

que enfrenta o homem da nossa época, o homem da civilização moderna. Estas ameaças dizem respeito tanto à vida pessoal como à social, pesando especialmente sobre a família e a educação dos jovens. É necessário defender os esposos e os núcleos familiares, do pecado, do grave pecado contra a vida concebida. É sabido, na verdade, que as circunstâncias daquele pecado pesam sobre a moral da sociedade, e as suas consequências ameaçam o futuro da nação. É necessário depois defender o homem dos pecados de imoralidade e de abuso das bebidas alcoólicas, pois incluem em si a humilhação da dignidade humana e, na vida social, têm consequências incalculáveis. É necessário vigiar sempre, ter sempre despertas as consciências humanas, admoestar sempre que se dá violação dos princípios morais, impelir sempre à prática do mandamento da caridade, porque a insensibilidade interior lança facilmente raízes nos corações humanos.

Esta é a eterna problemática, que não só não perdeu actualidade nos nossos tempos, mas se tornou ainda mais clara e evidente. A Igreja tem necessidade da ordem hierárquica para poder servir eficazmente o homem e a sociedade no campo da ordem moral. Desta ordem é Santo Estanislau expressão, símbolo e patrono. Na verdade, a tradição nacional vê o lugar de Santo Estanislau na *base mesma da cultura polaca*. O Episcopado Polaco, fixando o olhar no grande Protagonista da história pátria, não só pode mas é mesmo obrigado a sentir-se guarda desta cultura. Deve ele acrescentar à sua actual missão e ao seu ministério uma solicitude particular por todo o património cultural polaco, que sabemos quão impregnado está da luz do cristianismo. É sabido, além disso, que precisamente a cultura é a primeira e fundamental prova da identidade da nação. A missão do Episcopado Polaco, enquanto continuação da de Santo Estanislau, é caracterizada em certo modo pelo seu carisma histórico - e por isso se mantém neste campo como evidente e insubstituível.

5. Difícil é considerar o nosso grande Jubileu dos 900 anos da morte de Santo Estanislau, prescindindo do contexto europeu. Assim como é difícil considerar e viver o milénio do Baptismo da Polónia sem referência a esse contexto. Hoje esse contexto estendeu-se para além da Europa, sobretudo porque os filhos e as filhas de muitas nações europeias — entre os quais também os Polacos — povoaram e formaram vida social noutros continentes. Todavia o *contexto europeu* está aqui indubitavelmente *nas bases mesmas*. Já as mencionadas analogias da causa de Santo Estanislau com as outras nações e Estados, no mesmo período histórico, demonstram claramente quanto a Polónia do século XI fazia parte da Europa e participava nos seus problemas, tanto na vida da Igreja como na das comunidades políticas daquele tempo. Assim pois, o jubileu de Santo Estanislau, que tem sobretudo dimensão polaca e nossa e nacional, vivemo-lo precisamente no contexto europeu e não podemos fazer doutro modo. Muito preciosa e eloquente é portanto a presença dos Representantes das numerosas Conferências Episcopais da Europa, aqui vindos nesta circunstância.

Aconteceu providencialmente que, a 18 de Maio do ano corrente eu participasse na celebração dos 35 anos da batalha de *Monte Cassino* e da vitória lá conseguida, para a qual contribuíram em

grande parte os meus compatriotas. No mesmo Monte Cassino prestámos homenagem a São Bento, referindo-nos à próxima ocorrência dos 1500 anos do seu nascimento - aquele *São Bento* que foi proclamado por Paulo VI Patrono da Europa.

Se me permito tal referência no dia de hoje, faço-o em relação ao contexto europeu de Santo Estanislau e também do seu jubileu que estamos a celebrar. A Europa, que durante a sua história foi várias vezes dividida, a Europa que, por fins da primeira metade do nosso século, foi tragicamente dividida pela horrível guerra mundial, a Europa que — apesar das suas actuais e duradoiras divisões de regimes, ideologias e sistemas económico — políticos - não pode deixar de buscar a *sua unidade fundamental*, deve dirigir-se ao cristianismo. Apesar das diversas tradições que existem no território europeu entre a sua fracção oriental e a ocidental, há nelas o mesmo cristianismo, que vai buscar as suas origens ao mesmo e único Cristo aceita a mesma Palavra de Deus e se liga aos mesmos Doze Apóstolos. Isto exactamente está nas raízes da história da Europa. Isto forma a sua genealogia espiritual.

Confirma-o a eloquência do actual jubileu de Santo Estanislau, Patrono da Polónia, no qual tem a sorte de participar o primeiro Papa polaco, Papa eslavo, na história da Igreja e da Europa. O cristianismo deve novamente empenhar-se na formação da unidade espiritual da Europa. Sós, não são capazes de o fazer as razões económicas e políticas. Devemos descer mais ao fundo: às razões éticas. O Episcopado Polaco e todos os Episcopados e as Igrejas da Europa têm aqui *uma grande missão a cumprir*. Diante destas múltiplas missões, a Sé Apostólica vê a sua própria em conformidade com o carácter e com o ministério de Pedro. Quando Cristo disse a Pedro *Confirma os teus irmãos* (Lc. 22, 32.), disse por isso mesmo: «Serve a causa da unidade deles».